



# Trabalho abstrato como forma social: uma crítica ao conceito de valor qualitativo

Vera Cotrim

“Essa vida é de cabeça-para-baixo, ninguém pode medir suas perdas e colheitas.”

Riobaldo

*Grande Sertão: Veredas*

O advento da microeletrônica e da tecnologia digital como técnicas produtivas, a partir da década de 1970, tem sido visto como fator de desencadeamento de uma reestruturação produtiva. As consequentes transformações nas funções do trabalho produtivo – maior participação do trabalho intelectual técnico, científico e criativo, aumento do setor de serviços e ampliação da responsabilidade do trabalhador pelos processos nos quais toma parte – vêm sendo analisadas por pesquisadores de orientação marxista como fatores que imprimem mudanças na relação entre trabalho e capital. Algumas teses sugerem que estas mudanças produtivas acarretam transformações no conceito de valor tal como Marx o definiu. O valor, riqueza abstrata, mero acúmulo quantitativo de trabalho social, viria a adquirir determinantes qualitativos. Essa mudança teria origens nas transformações concretas da atividade produtiva, que impediriam a medida do valor pelo tempo de trabalho. Para esta concepção, trata-se de um problema de medida: o tempo não mede mais a quantidade de trabalho, e por isso o trabalho não é mais unidade capaz de determinar o valor criado pela atividade intelectual criativa. A inclusão de determinações referentes à qualidade se faz necessária. Do mesmo modo, tais atividades, ainda que produtivas de mercadoria e valor, não são plenamente redutíveis a trabalho humano abstrato.

No que diz respeito à teoria marxiana, os autores que propõem esta mudança substancial no conceito de valor adotam ao menos duas posições. André Gorz assume que as categorias centrais da teoria do valor não são capazes de explicar a criação da riqueza no capitalismo contemporâneo, de modo que a teoria do valor de Marx teria sido superada pelo próprio desenvolvimento histórico. Ruy Fausto e Eleutério Prado, distintamente, acreditam ver na obra de Marx, nos *Grundrisse*<sup>1</sup> em particular, a previsão desta transformação na natureza do valor. Reivindicam, assim, a teoria marxiana. Mas essas visões têm em comum a consideração da produção de conhecimento como incompatível com as determinações centrais da criação de valor. Ambas assumem a substância comum, que em Marx define o valor, como medida inadequada ao produto do trabalho cognitivo.

Para Gorz,<sup>2</sup> o caráter heterogêneo das atividades que se tornaram fontes do valor é a origem da crise do valor. Esta crise se define como perda da medida. A ausência de medida comum às atividades produtivas de conhecimento se origina, para o autor, na heterogeneidade concreta das capacidades exigidas. A atividade que lida centralmente com o conhecimento não é, para ele, passível “de mensurar em unidades abstratas simples” ou “reduzível a uma quantidade de trabalho abstrato” (GORZ, 2005, p. 29). Em outros termos, “A impossibilidade de padronizar e estandardizar todos os parâmetros das prestações demandadas se traduz em vãs tentativas para quantificar sua dimensão qualitativa (...)” (GORZ, 2005, p. 29-30).

Além disso, “o tempo socialmente necessário a uma produção se torna incerto”. É nesta impossibilidade de previsão e de medida do tempo necessário à produção que o autor instala a crise da sociedade mercantil: “Um mercado de conhecimentos em que eles se troquem pelos seus ‘valores’ é impensável. Não podendo se exprimir em unidades de valor, sua avaliação como capital resta problemática” (GORZ, 2005, p. 31). O mesmo não se dá com o trabalho simples. Ainda que diversos qualitativamente, os trabalhos simples podem se reduzir à quantidade, por oferecerem um padrão de comparação pelo tempo. Na compreensão do autor, portanto, o trabalho abstrato se vincula a uma determinação específica do trabalho concreto, que o caracteriza como simples. Este

---

1. MARX, Karl, *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mário Duayer e Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

2. GORZ, André. *O Imaterial – Conhecimento, valor e capital*. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

desenvolvimento produtivo põe em xeque o próprio capital porque, para Gorz, o valor não pode deixar de ser uma medida meramente quantitativa do trabalho social. Nessa visão, o conceito de trabalho abstrato parece ir se transformando, de *forma social* das atividades produtivas independente de suas qualidades específicas, em forma ligada intrinsecamente a certo tipo de atividade concreta. E a quantidade de trabalho que determina a grandeza do valor aparece como uma medida empírica de tempo, possível para o trabalho simples, mas não para o trabalho complexo devido à sua dimensão “qualitativa”.

Para Ruy Fausto,<sup>3</sup> quando o trabalho científico toma o lugar das massas de trabalho operário à máquina como elemento decisivo da produção, a criação de valor também se descola do trabalho abstrato. O valor se torna qualitativo, e com isso sua natureza mesma se transfigura. Se Gorz vê nesta discrepância da medida uma crise do valor, Ruy Fausto a entende como um desenvolvimento histórico do próprio valor, previsto por Marx. A produção pós-industrial implica a negação das determinações essenciais do valor, sem deixar de efetivamente produzir capital. Assim caracteriza-se a terceira fase do capitalismo, sucedendo a manufatura e a indústria, em que o valor passa a ter outro conteúdo, e o capital, por conseguinte, uma natureza diferente. Baseado em passagens dos *Grundrisse*, Fausto assume que na pós-grande indústria o *quantum* de trabalho deixa de ser o “elemento decisivo” para a criação de *valor*.

Quando Marx afirma que a *criação da riqueza efetiva* se torna menos dependente da quantidade de trabalho imediato, Fausto conclui que a “valorização’ se liberta do tempo de trabalho” (FAUSTO, 2002, p. 129). O valor deixa de ser “trabalho abstrato cristalizado, medido pelo tempo” para se tornar “qualitativo” porque o poder de criar valor escapa do tempo como medida, quando passa a depender mais da utilização da ciência na produção (ver FAUSTO, 2002, p. 130). Com isso, o valor perde sua substância própria – o trabalho social meramente quantitativo – e passa a ter como conteúdo uma qualidade, a ciência. O trabalho científico por sua qualidade se torna produtivo de valor: “A riqueza agora é cristalização do “trabalho” científico (...)” (FAUSTO, 2002, p. 138).

Para Fausto, além disso, a atividade humana não é mais a única fonte de valor. Os agentes materiais, “simples suporte da ciência”, caracterizam-se como *ativos* na produção, deixando de ser meios de produção meramente objetivos:

---

3. FAUSTO, Ruy, *Marx: Lógica e Política – Investigações para uma reconstrução do sentido da dialética*, Tomo III, São Paulo: Ed. 34, 2002.

(...) já não se tem mais, propriamente, um objeto artificial. Antes uma espécie de objeto intelectual ou espiritual: é o *logos* – mas *logos* da natureza assimilado pelo intelecto – que é posto no processo de produção. Com isto, a ruptura entre trabalho vivo e trabalho morto é relativizada, a máquina passa a ser uma espécie de força de trabalho (intelectual), no sentido de que ela não necessita mais (quase) nenhum trabalho para ser vivificada (FAUSTO, 2002, p. 134-5).

Ao relativizar a ruptura entre trabalho vivo e trabalho morto, relativizam-se as fronteiras entre a atividade e seus meios. Produtiva em si mesma, a máquina se constitui como fonte de valor.

Eleutério Prado<sup>4</sup> defende também esta transformação na natureza do valor na atual fase do capitalismo. Contudo, não assume com Ruy Fausto a relativização entre trabalho vivo e trabalho morto, e concebe, como Gorz, que esta transformação no conteúdo do valor sinaliza um momento crítico para o capital.

Para o autor, embora toda mercadoria tenha “de poder ser medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção”, quando uma parte importante do trabalho social torna-se espiritual, intelectual, moral ou artístico, o valor de seus produtos deixa de comportar esta medida quantitativa e faz com que “diferenciais de qualidade postos pelo trabalho durante o tempo de trabalho” (PRADO, 2005, p. 51-2) componham a substância do valor.

O caráter intelectual do trabalho produtivo predominante impõe a perda da comensurabilidade entre os diferentes trabalhos concretos, tornando-os irredutíveis a mera quantidade de trabalho: “Ora, é verdade que essa mutação do trabalho concreto, de predominantemente manual para predominantemente mental, torna-o especialmente imensurável enquanto tal. Sobre isto não há dúvida” (PRADO, 2005, p. 85). O problema da medida redundante, portanto, na transformação da substância do valor.

Prado resolve esta ambiguidade com a afirmação de que o valor é, para Marx, “medida que tende constantemente à desmedida e que pode ser negado dialeticamente na história” (PRADO, 2005, p. 55). Essa alteração na natureza social do trabalho e do valor não é razão, de acordo com o autor,

---

4. PRADO, Eleutério, *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*, São Paulo: Xamã, 2005.

(...) para modificar a teoria do valor de Marx, mesmo porque essa teoria prevê a própria vicissitude do valor numa fase avançada de desenvolvimento do capitalismo, quando o trabalho, de modo importante, passa a produzir valores de uso espirituais, quando os trabalhos concretos não podem mais ser reduzidos simplesmente a trabalho abstrato e quando os serviços assumem amplamente a forma de mercadoria (PRADO, 2005, p. 52).

As atuais formas concretas do trabalho impedem que este seja reduzido a trabalho abstrato, de modo que a teoria do valor de Marx é válida hoje apenas porque prevê alterações no conceito de valor oriundos do próprio desenvolvimento histórico.

A questão da medida comum entre as atividades produtivas qualificadas e não-qualificadas é antiga, e foi historicamente foco da crítica à teoria do valor.<sup>5</sup> Em sua conhecida crítica à teoria do valor, Böhm-Bawerk<sup>6</sup> se opõe à definição do trabalho como conteúdo do valor, argumentando que o trabalho não é o único resíduo da abstração que a troca opera. Para ele, é possível comparar as mercadorias de acordo com a grandeza de seu valor de uso, quantificar a utilidade mesma. Além disso, considera a própria equivalência das mercadorias uma premissa escolástica, desnecessária à troca. Finalmente, entende que os trabalhos complexos têm natureza distinta dos trabalhos simples e não se reduzem a grandezas determinadas de trabalho simples.

Hoje, este último argumento reaparece: despido da crítica direta à teoria do valor, o debate contemporâneo substitui a *utilidade* pelo *conhecimento* e acaba por datar a teoria de Marx, propondo-a como incapaz de explicar a criação de valor pelo trabalho intelectual. Caberia aqui uma investigação sobre como Marx entende conhecimento. Por ora, é possível apenas lembrar dois aspectos de sua posição a esse respeito. Primeiro, o conhecimento compõe o trabalho, em seu conceito mesmo.<sup>7</sup>

---

5. A primeira crítica à teoria do valor de Marx que lança mão do argumento de que os trabalhos complexos não podem ser reduzidos a mera quantidade de trabalho foi feita por Böhm-Bawerk. Desde então, de acordo com R. Rosdolsky, "(...) tem sido reiterada com frequência" e "Ocupa o centro de qualquer crítica atual – acadêmica ou não – a Marx" (ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Tradução de César Benjamin, Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2001, p. 423). Cornelius Castoriadis retoma esta linha argumentativa para desconstruir a teoria do valor em "Valor, igualdade, justiça, política: de Marx a Aristóteles e de Aristóteles até nós", in *As encruzilhadas do labirinto* – vol. I. Tradução de Carmem Sylvania Guedes e Rosa Maria Boaventura. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

6. BÖHM-BAWERK, *Eugen von. Karl Marx and the closure of his system*; HILFERDIN, Rudolf. *Böhm-Bawerk's criticism of Marx*. Tradução de Eden e Cedar Paul. Introdução de Paul Sweezy. New York: Augustus M. Kelley, 1949.

7. Ver *O Capital*, Livro I, capítulo V e *A Ideologia Alemã*, Primeira Parte, dedicada a Feuerbach.

Como atividade que produz transformações objetivas planejadas, o trabalho sempre conhece, ou domina subjetivamente, em algum grau, seu objeto. O elemento cognitivo e criativo é imanente à atividade do trabalho e a caracteriza. Se há ciência incorporada em máquinas ou softwares, há também conhecimento acumulado no ouro, pois não é possível extrair ouro sem conhecimento do terreno e da constituição das minas, ou isolá-lo dos demais elementos presentes na água sem saber de antemão os efeitos do mercúrio. Se o minerador não detém o conjunto desse saber, também o construtor de máquinas não é cientista, e o técnico que instala o software não é quem o desenvolveu. Nada disso muda a incorporação de conhecimento social ao produto. Apenas denota o desenvolvimento que a divisão do trabalho alcançou no modo de produção que se baseia em propriedade privada. Assim, as fronteiras entre o trabalho cognitivo e o não-cognitivo não são tão nítidas se considerado o trabalho coletivo. Nesse sentido, não há trabalho que não envolva o conhecimento e a criação.

Em segundo lugar, a pesquisa, ou atividade que tem por finalidade a criação de conhecimento, é ela mesma trabalho: uma atividade específica que visa à criação de um valor de uso particular. Seja respondendo à necessidade humana de conhecer seu mundo objetivo ou subjetivo, seja compondo a cadeia produtiva de outro produto, o conhecimento é um valor de uso que resulta do trabalho produtivo. Se determinados produtos materiais passam a exigir somente trabalho intelectual para sua produção, isso indica a completude de seu processo de automação. Dado o alto nível de desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho produtivo muda e adquire forma concreta intelectual. A rigor, não existe conhecimento ou qualquer produto que não resulte do trabalho.

No conjunto, a concepção enunciada por Gorz, Fausto e Prado parece entrever na produção capitalista atual transformações ontológicas essenciais: parte do que constitui as forças produtivas vai adquirindo o caráter de força de trabalho, dado que cria valor em si mesma (Ruy Fausto). É o caso da ciência, que em Marx é força produtiva social.<sup>8</sup> E a atividade produtiva, porque intelectual, não pode mais reduzir-se a trabalho humano em geral, i.e., o caráter de trabalho humano não confere mais unidade ao conjunto das atividades produtivas. Porque a própria relação entre a atividade e seus meios muda, o trabalho deixa de ser medida do valor, e este vem a ter como conteúdo a qualidade de sua nova fonte, o conhecimento.

---

8. Ver *Grundrisse*, op. cit., pp. 579-96.

Não é possível, contudo, fazer esta afirmação sem abdicar, como Böhm-Bawerk, da comensurabilidade dos produtos na troca. Tampouco é possível, com esta definição de valor, manter intacta a proposição marxiana segundo a qual o valor é uma forma exclusivamente social do produto. Na concepção examinada, rompem-se os limites entre o caráter concreto e abstrato da mercadoria. Como a questão é posta como um problema de medida, pode ser útil retomar alguns pontos da conceituação de Marx.

É evidente que em diversas formas do trabalho intelectual produtivo – i.e., aqueles que contribuem para o trabalho coletivo de produção de mercadorias, nos quais se inclui a pesquisa científica e a criação – nem sempre é possível prever os resultados, ou o tempo que custa desenvolvê-los. Tampouco é possível decompô-los ou reduzi-los plenamente em seu caráter concreto a unidades de trabalho simples. Nem a algoritmos que os tornem substituíveis por máquinas. Mas a teoria do valor de Marx prescinde desta previsão e desta medida empírica de tempo.

A comensurabilidade das múltiplas atividades produtivas, de qualquer espécie, que compõem a produção social de mercadorias não está dada no trabalho concreto, mas na relação social que imprime forma abstrata à atividade produtiva. Trata-se da forma social que resulta da divisão do trabalho em que cada produto privado apenas se confirma enquanto parte necessária da produção coletiva por meio de sua capacidade de ser trocado.

Se esta confirmação depende do caráter útil do produto e portanto da atividade, isto só demonstra que o valor é forma necessária de mediação entre os múltiplos trabalhos úteis privados, forma de relação por meio da qual se realiza a socialização da produção: “(...) nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso. Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui nenhum valor”.<sup>9</sup> Ser valor de uso social é condição da troca.

Mais uma vez, isso apenas explicita que o valor é uma forma da socialização dos produtos efetivos, e não uma determinação imanente a qualquer caráter concreto. A unidade de medida de todos os valores de uso que se relacionam no mercado deve, ao contrário, distinguir-se do valor de uso, única condição em que a autonomização desta medida, no dinheiro, por exemplo, se faz possível.

---

9. MARX, K. *O Capital – Crítica da economia política – Livro primeiro*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Coordenação e revisão de Paul Singer. Coleção *Os economistas* Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 49. Doravante, C, I.



Pois, na troca, os valores de uso se comparam não enquanto tais, mas como valores de troca uns dos outros. Marx afirma:

Determinada mercadoria, 1 *quarter* de trigo, por exemplo, troca-se por x de graxa de sapato, ou por y de seda, ou por z de ouro etc., resumindo por outras mercadorias nas mais diferentes proporções. Assim, o trigo possui múltiplos valores de troca (...) permutáveis uns pelos outros ou iguais entre si. Por conseguinte, primeiro: os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a “forma de manifestação” de um conteúdo dele distinguível (C, I, p. 46).

Nesta passagem, Marx expõe o caráter objetivo do valor: trata-se de um conteúdo que existe no corpo das mercadorias e faz com que, em sua multiplicidade concreta, sejam equivalentes em dadas proporções. Mas a objetividade do valor não coincide com a dos produtos que constituem valores de troca uns para os outros. Sua objetividade se distingue da de suas variegadas expressões, e consiste na

(...) mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção (...) foi acumulado trabalho humano (C, I, p. 47).

Enquanto formas do trabalho humano, é possível hoje pensar em todas as atividades produtivas individuais, em qualquer modo de produção, como “cristalizações dessa substância social comum a todas elas”, se mentalmente abstraímos suas especificidades concretas. Mas essa abstração só se dá na realidade e se torna a medida social efetiva dos valores de uso quando estes se fazem sociais por meio da troca. Inversamente, se os trabalhos são privados e sua socialização só se dá, por conseguinte, pela troca, os valores de uso apenas se tornam sociais, valores de uso para outros, enquanto são valores. O valor é medida do valor de uso porque é sua mediação social. Do mesmo modo, o trabalho abstrato é forma de mediação dos trabalhos concretos, seu *caráter social*.

Trata-se de um caráter social específico. O homem sempre produz para outros e, por conseguinte, é da natureza do trabalho ter caráter social. Mas este só é abstrato quando o trabalho individual necessita assumir forma distinta de sua natureza própria para se efetivar como trabalho social. Se a troca caracteriza o intercâmbio da sociedade,

apenas na forma de valor o produto se põe como produto social. Assim, é como trabalho abstrato, mera quantidade de trabalho humano, que o trabalho concreto se socializa. É a relação social mercantil ou capitalista que confere ao trabalho um duplo caráter: a condição de ser produto do trabalho humano fornece a medida dos valores dos produtos, mas não cria por si só os produtos como valores.

Se a natureza de valor é imposta ao produto na relação de produção, sua grandeza apenas se define na troca efetiva. À parte as imensas dificuldades de se medir o tempo de trabalho empírico requerido para produção de um artigo em uma sociedade não planejada, mesmo na grande indústria – é preciso seguir a trilha da cadeia produtiva de cada um de seus componentes e dos meios de produção desses elementos, contabilizar o tempo de qualificação profissional, transportes e estoques, separar cuidadosamente o tempo gasto com a gestão financeira, a publicidade e os gastos improdutivos de tempo em geral etc. – este tempo empírico não representa a magnitude do valor da mercadoria. Pois apenas no confronto com os demais valores de troca, e nunca no produto isolado, o trabalho contido na mercadoria se expressa em um valor social, i.e., mostra o quanto representa de trabalho social ou abstrato.

O tempo de trabalho acumulado nos produtos sósocialmente se confirma, e o tempo que conta como quantidade de trabalho social distingue-se do tempo empírico efetivamente despendido. Do mesmo modo que a objetividade do valor não coincide com a do corpo da mercadoria, a quantidade de trabalho abstrato ou social não coincide com a de trabalho concreto. Marx afirma: “A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais” (C, I, p. 48). A força de trabalho individual cria valor como parte alíquota da força de trabalho social e, deste modo, conta socialmente como trabalho médio. O trabalho social é o trabalho necessário em média para a produção de cada espécie de mercadoria. Esta média, o trabalho socialmente necessário, diz respeito à intensidade do trabalho, à competência do trabalhador para dada função e ao nível de desenvolvimento das forças produtivas. Em um exemplo de Marx, quando da introdução do tear a vapor, o tecelão manual gastava, “de fato, o mesmo tempo de antes, porém agora o produto de sua hora de trabalho individual somente representava meia hora de trabalho social e caiu, portanto, à metade do valor anterior” (C, I, p. 48). Assim, quando há

aumento de produtividade, os produtores privados que não modernizam os meios de produção vêm seu tempo efetivo reduzir o poder de criar valor, encolher enquanto tempo de trabalho abstrato. A quantidade de valor que o tempo de trabalho individual cria é, portanto, definida com a mediação do conjunto da produção social. Como é a troca que vincula os trabalhos privados, a mediação entre o tempo singular e o tempo social se dá no mercado.

Outra mediação necessária, e importante para o tema do trabalho intelectual, diz respeito aos diferentes níveis de qualificação do trabalho. Como parte alíquota do trabalho social, a força de trabalho individual conta como força de trabalho simples, isto é, de qualificação média. As funções que exigem qualificação superior criam em dado tempo de dispêndio efetivo valor proporcionalmente maior: “Trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de maneira que um pequeno quantum de trabalho complexo é igual a um grande quantum de trabalho simples” (C, I, p. 51, grifos de Marx). E isso se deve também ao caráter social do trabalho que cria valor: como a produção da subjetividade capaz de realizar funções qualificadas demanda o dispêndio de trabalho social em maiores quantidades, a mercadoria que resulta de seu trabalho incorpora, como valor, o conjunto do esforço social necessário à sua produção.

Embora a atividade qualificada, em sua dimensão concreta, seja de natureza específica, como trabalho abstrato tem natureza comum de trabalho social, e reduz-se a quantidades maiores de trabalho simples: “Uma mercadoria pode ser o produto do trabalho mais complexo, seu *valor* a equipara ao produto do trabalho simples e, por isso, ele representa determinado quantum de trabalho simples” (C, I, p. 52, grifo de Marx), como sua unidade de medida.

Mais uma vez Marx explicita que a troca faz os trabalhos equivalerem na prática, ao conferir aos produtos, em comum, a qualidade de valor de troca dos demais. Com isso, define o valor como uma relação específica em que os trabalhos singulares se socializam. Marx prescinde, pois, da medida empírica de tempo: a definição da grandeza do valor só se dá no mercado, palco da socialização dos trabalhos privados.<sup>10</sup> Como resultados de atividade produtiva, também os conhecimentos são comensuráveis e quantificáveis apenas enquanto formas do trabalho humano em geral.

---

10. Ver HILFERDING, Crítica de Böhm-Bawerk, op. cit., p. 146-7 e ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Tradução de César Benjamin, Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2001.

Ainda que a natureza do valor como Marx a definiu seja posta por uma relação de produção que nunca foi tão dominante, não se pode passar ao largo da questão proposta pelos autores que esta pesquisa busca criticar: a crescente automação e a conseqüente importância cada vez maior da ciência e do trabalho intelectual são indiferentes à criação de valor? De modo algum. Não há dúvida de que o desenvolvimento produtivo afeta a reprodução social do capital. Contudo, o efeito do aprimoramento produtivo na criação de valor não consiste em uma alteração de sua natureza de valor, mas no acirramento da contradição entre potência produtiva e potência de valorização. Esta relação contraditória é exposta por Marx já como oposição interna à mercadoria, devido ao duplo caráter que não apenas a caracteriza, como também “(...) é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política” (C, I, p. 49). Marx afirma:

Um quantum maior de valor de uso representa em si e para si maior riqueza material, dois casacos mais que um. Com dois casacos podem vestir-se duas pessoas, com um casaco, somente uma pessoa etc. Entretanto, à crescente massa de riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo da grandeza de valor. Esse movimento contraditório origina-se no duplo caráter do trabalho (C, I, p. 53).

A variação da força produtiva do trabalho faz com que, em dada quantidade de dispêndio de força de trabalho, varie a quantidade de valores de uso, mas mantenha-se sempre a mesma magnitude do valor criado. Isso é verdadeiro somente se, primeiro, “(...) a força produtiva pertence à forma concreta útil ao trabalho” e não pode afetar o trabalho “tão logo faz-se abstração da sua forma concreta útil” (C, I, p. 53), o que se dá no fato da troca; e segundo, se o valor se define sempre como um quantum de trabalho abstrato acumulado, o que, para Marx, é o caso: o pressuposto da relação de valor “(...) é e continua sendo a massa do tempo de trabalho imediato, o quantum de trabalho empregado como fator decisivo da produção da riqueza” (*Grundrisse*, p. 587), isto é, sua natureza não muda.

A contradição está no fato de “que a riqueza real tem de adotar uma forma *determinada*, distinta dela própria e, portanto, forma absolutamente não idêntica a ela, para se tornar objeto da produção” (*Grundrisse*, p. 339, grifo de Marx). A riqueza real é aprisionada na forma de valor. O que faz com que, a partir de dado patamar de seu evoluir histórico, o capital possa ser reconhecido como “obstáculo do desenvolvimento das forças produtivas” (*Grundrisse*, p. 339), ou forma social obsoleta do ponto de vista do devir humano.